

**O estado da população mundial 2024:
acabar com as desigualdades na saúde e nos direitos sexuais e reprodutivos**
***The state of the world population 2024:
end inequalities in sexual and reproductive health and rights***

Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes

Resumo: O Relatório sobre a Situação da População Mundial 2024 do UNFPA fornece uma análise das tendências da população global, com foco no tema “Direitos e escolhas reprodutivas: uma base para o desenvolvimento sustentável”. O relatório explora questões-chave como a saúde reprodutiva, a igualdade de gênero, o empoderamento dos jovens e questões demográficas relacionadas ao tema. O relatório enfatiza a importância crítica de se garantir o acesso universal aos direitos e serviços reprodutivos para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Através de dados e estudos de caso de todo o mundo, o relatório destaca os progressos alcançados, os desafios enfrentados e as oportunidades de intervenções políticas para promover os direitos reprodutivos e as escolhas para todos os indivíduos, especialmente as populações marginalizadas, defendendo abordagens mais inclusivas e baseadas em direitos para políticas populacionais que priorizem o bem-estar e o empoderamento.

Palavras-chave: Saúde da mulher; Saúde reprodutiva; Direitos humanos

Abstract: UNFPA’s State of World Population Report 2024 provides an analysis of global population trends, focusing on the theme “Reproductive rights and choices: a foundation for sustainable development”. The report explores key issues such as reproductive health, gender equality, youth empowerment and related demographic issues. The report emphasizes the critical importance of ensuring universal access to reproductive rights and services to achieve the Sustainable Development Goals. Using data and case studies from around the world, the report highlights progress made, challenges faced, and opportunities for policy interventions to advance reproductive rights and choices for all individuals, especially marginalized populations, advocating for more inclusive approaches and rights-based policies that prioritize well-being and empowerment.

Key words: Women’s health; Reproductive health; Human rights

Há trinta anos, governos de todo o mundo concordaram que a saúde e os direitos reprodutivos são peças fundamentais para o desenvolvimento global. Avançar neste consenso abriu caminho para progresso e, desde então, a taxa global de gestações indesejadas caiu quase 20%, o número de mulheres que usam métodos contraceptivos modernos dobrou, ao menos 162 países têm leis aprovadas contra a violência doméstica, e as mortes maternas diminuíram 34% desde o ano 2000. Ainda assim, este progresso não foi suficientemente rápido ou abrangente.

A violência, especialmente a violência baseada em gênero, continua desenfreada em praticamente todos países. Houve zero redução da mortalidade materna desde 2016 e, em um

número alarmante de países as taxas estão subindo. Quase metade das mulheres ainda é incapaz de tomar decisões sobre seus próprios corpos e de exercerem seus direitos sexuais e reprodutivos.

	Um relatório publicado pelo UNFPA, a agência das Nações Unidas para a saúde sexual e reprodutiva, traça o caminho que conduziu a este progresso e revela o quão pouco estas melhorias afetaram as mais pobres e mais marginalizadas do mundo, para quem os direitos e as escolhas permanecem, em grande parte, fora do alcance.
---	--

Na Conferência Internacional para a População e o Desenvolvimento ([ICPD - International Conference for Population and Development](#)) ocorrida em 1994 no Cairo, o mundo reuniu-se para definir uma agenda ousada: colocar as pessoas, a sua dignidade e os seus direitos sexuais e reprodutivos no centro do desenvolvimento.

Ainda que hoje este seja considerado um direito humano básico, há 30 anos, o acordo dos estados em defender os direitos sexuais e reprodutivos foi inovador: significou reconhecer o papel do sistema de saúde como facilitador dos direitos humanos e, como disse o então Diretor Executivo do UNFPA, Nafis Sadik, “libertar as mulheres de um sistema de valores que insiste que a reprodução é a sua única função”.

Embora as pessoas vivam hoje mais tempo e com mais saúde do que nunca, milhões permanecem muito atrás na trajetória do progresso. Muitas pessoas encontram-se presas a múltiplas formas de marginalização e discriminação, enquanto o grupo de pessoas mais privilegiadas da sociedade global têm alcançado os avanços com maior facilidade. Alguns fatos importantes:

- 800 mulheres morrem todos os dias durante o parto, a maioria delas em países em desenvolvimento. Quase todas essas mortes são evitáveis.
- Em 69 países, um quarto das mulheres ainda não consegue tomar suas próprias decisões sobre cuidados de saúde.
- 1 em cada 10 mulheres não têm escolha sobre usar contraceptivos.
- Entre 2016 e 2020, a redução global da morte materna foi zero.
- As mulheres com deficiência têm 10 vezes mais probabilidades de sofrer violência baseada em gênero, incluindo violência sexual.
- Pesquisa em 25 países mostrou que as barreiras aos cuidados de saúde caíram mais rapidamente para as mulheres de estatuto socioeconômico mais elevado e para aquelas pertencentes a grupos étnicos que já estavam em melhor situação.
- Um quarto das mulheres não conseguem dizer não ao sexo com o marido ou parceiro.
- Novos dados sobre tendências sobre a experiência de autonomia corporal das mulheres mostram que, de 32 países, 19 registaram progressos, mas 13 países regrediram.

Fatores de marginalização

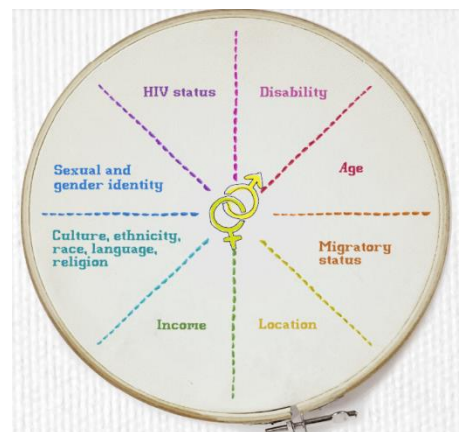
Em trinta anos, aprendemos muito sobre como funciona a desigualdade: os mais atrasados enfrentam desvantagens que se combinam para produzir dificuldades extremas ou exclusão. É importante ressaltar que isso é específico do contexto; as circunstâncias que levam os indivíduos a ficar para trás são determinadas por fatores sociais, políticos e culturais mais amplos, que podem diferir substancialmente de um lugar para outro.

Como os fatores de marginalização se cruzam?

O gênero de um indivíduo pode cruzar-se com outros aspectos da sua identidade para produzir camadas adicionais de discriminação. Fatores como a etnia, o estatuto de deficiência ou o rendimento podem sobrepor-se à identidade de gênero para criar experiências únicas de marginalização ou opressão.

Por exemplo:

- Um homem gay vivendo em um campo de refugiados
- Uma trabalhadora do sexo transgênero com risco para HIV trabalhando em uma comunidade pobre
- Uma jovem trabalhadora doméstica sem documentos
- Uma menina com deficiência auditiva que está fora da escola e vive em uma comunidade remota
- Uma jovem mulher lésbica que é membro de uma minoria étnica
- Uma mulher indígena mais velha que vive em território em disputa



Em uma geração com enorme riqueza e soluções comprovadas nos cuidados de saúde sexual e reprodutiva, essa disparidade sugere mais uma falta de vontade política que uma escassez de ideias ou recursos. Em seguida, discutiremos alguns pontos sobre como a desigualdade aparece na sociedade, elevando algumas comunidades enquanto empurra outras para trás – e sobre o que pode ser feito para mitigar questões que levam a estas disparidades e garantir um futuro pacífico e próspero para todos.

1. As desigualdades na saúde e nos direitos sexuais e reprodutivos estão por toda parte

As mulheres e meninas com deficiência frequentemente enfrentam discriminação no que diz respeito à saúde sexual e reprodutiva, acesso limitado a serviços e exclusão de uma educação sexual abrangente. Algumas meninas e mulheres são até esterilizadas contra sua vontade.

Os desafios específicos que mulheres com deficiência enfrentam durante a gravidez e o parto reforçam um dos principais temas do relatório: que o acesso à saúde e aos direitos varia muito de uma região, país e de pessoa para pessoa.

A deficiência representa apenas uma faceta da identidade que afeta o direito à saúde. A geografia é outra, com as mulheres da África cerca de 130 vezes mais propensas a morrerem de complicações na gravidez do que as mulheres na Europa. No que diz respeito às mulheres e meninas de minorias étnicas, foram encontradas disparidades no acesso aos cuidados de saúde em todos os países pesquisados.

2. O progresso na saúde sexual e reprodutiva para todos está estagnado e, em muitos aspectos, está piorando

Durante quase 20 anos, a redução anual global das mortes maternas foi zero – o que significa que não houve progresso, e um quarto das mulheres hoje relatam não serem capazes de dizer não ao sexo com seus parceiros.

Isto significa que, apesar dos investimentos em advocacy e de um grande arcabouço de legislação, a capacidade das mulheres de exercerem a tomada de decisões sobre os seus próprios corpos pode estar estagnada ou até mesmo diminuindo. E, embora as barreiras à saúde tenham caído rapidamente para as mulheres mais privilegiadas, estes obstáculos permanecem enormes para as mais desfavorecidas.

3. A saúde e os direitos sexuais e reprodutivos estão a ser politizados e as opiniões polarizadas

Enquanto metade do mundo vai às urnas este ano, muitos líderes decidiram basear as suas estratégias políticas em semear a divisão.

A ansiedade relacionada à migração, bem como as taxas de fertilidade (baixas ou altas) estão sendo transformadas em armas por alguns decisores políticos para derrubar acordos de saúde e direitos sexuais e reprodutivos. Ao mesmo tempo, há acordos tornando os sistemas jurídicos menos equitativos, descriminalizando a mutilação genital feminina ou restringindo os direitos das pessoas LGBTQIA+, por exemplo.

Estereótipos prejudiciais sobre mulheres, meninas e pessoas com orientações sexuais e identidades de gênero diversas são frequentemente divulgados para justificar a desigualdade de gênero e a homofobia, com consequências perigosas.

4. O progresso é alcançável, mas devemos rejeitar a divisão e abraçar a colaboração

O relatório do UNFPA mostra acima de tudo que não podemos dividir e conquistar o caminho para garantir a saúde e os direitos universais. Em vez disso, devemos encontrar consenso político, adaptar soluções às comunidades e mobilizar financiamento urgente para alcançar os objetivos.

Iniciativas comunitárias têm impactos tangíveis, mas precisam de mais apoio. Gastar mais 79 bilhões de dólares em países de baixa e média renda até 2030 evitaria 400 milhões de gestações não planejadas, salvaria 1 milhão de vidas e geraria 660 bilhões de dólares em benefícios econômicos. A formação de mais parteiras também poderia prevenir cerca de 40% das mortes maternas e neonatais e mais de um quarto dos natimortos. O financiamento salva vidas, enquanto a falta de investimento as põe em perigo.

Reconciliação com uma história de desigualdade

Apesar de 30 anos de consenso sobre o poder emancipatório da saúde sexual e reprodutiva, os sistemas de saúde ainda são atormentados por profundos legados de desigualdade de gênero, discriminação racial e desinformação.

Para que os profissionais de saúde se tornem facilitadores dos direitos humanos, os sistemas de saúde devem reconciliar-se com esta história. As mulheres têm sido historicamente marginalizadas nos sistemas de saúde dominados pelos homens. Um exemplo claro desta desigualdade pode ser visto, hoje, no tratamento recebido por parteiras.

As pesquisas mostram que a força de trabalho da obstetrícia, que é maioritariamente feminina, sofre com a segregação profissional, disparidades salariais entre homens e mulheres, falta de oportunidades de liderança e múltiplas formas de discriminação e assédio, incluindo assédio sexual. Os profissionais de saúde do sexo feminino ganham, em média, 28% menos do que os homens – e persiste uma disparidade salarial de 11% os enfermeiros e as parteiras.

A saúde reprodutiva também apresenta cicatrizes profundas da história colonial racializada, com mulheres negras e indígenas frequentemente vítimas de violência obstétrica, exploração e até mesmo experimentação. Hoje, os especialistas internacionais em saúde e direitos humanos continuam a manifestar preocupação com a discriminação persistente, o acesso desigual aos cuidados de saúde e os resultados de saúde díspares – incluindo taxas desproporcionais de mortalidade materna – vividos por grupos étnicos marginalizados.

Um passo importante para a concretização dos direitos de todas as pessoas é rejeitar a visão de que os países desenvolvidos são arquétipos do progresso inevitável, ao mesmo tempo que enquadrámos os países em desenvolvimento como atrasados. Na verdade, os projetos coloniais impuseram frequentemente normas rígidas de gênero que afetaram milhões de pessoas colonizadas ao longo de séculos de controle. Muitos destes quadros jurídicos e normas sociais continuam a restringir os direitos das mulheres e das pessoas LGBTQIA+ atualmente.

Educação abrangente em sexualidade para todos

O acesso à educação sexual é uma condição prévia para permitir a autonomia reprodutiva para todos. Ela está associada a atrasos na idade da primeira relação sexual, ao aumento da utilização de métodos contraceptivos e à redução das taxas de gravidez na adolescência.

Os programas que associam a educação sexual abrangente a serviços de saúde sexual e reprodutiva acessíveis e adequados aos jovens demonstraram ser particularmente importantes na redução da gravidez indesejada.

Quando as mulheres utilizam contracepção para evitar partos não planejados, o subsequente declínio da fertilidade acaba por conduzir a uma proporção menor de crianças dependentes na população em relação ao tamanho da população em idade ativa. Esta mudança demográfica pode levar ao que é comumente referido como o dividendo demográfico: o aumento das taxas de produtividade e de crescimento econômico.

Para assistir o vídeo de lançamento do relatório UNFPA, [clique aqui](#).